

ÍNDICE



Pág.

# PLANO DE ACTIVIDADES 2000-2002



Instituto das  
Comunicações de  
Portugal

## ÍNDICE

A mudança de paradigma tecnológica que ocorre em todo o mundo, a revolução óptico-digital, está também em curso nas telecomunicações portuguesas. Com a substituição dos sinais analógicos por digitais, na transmissão, e a ruptura que constitui a substituição do cobre por fibra óptica como suporte físico preferencial nas comunicações de longa distância, teve início uma nova era nas comunicações. Muito do que suceder nos próximos tempos decorrerá directamente destas duas transformações radicais. De facto, a

Pág.

1 A SITUAÇÃO ACTUAL	3
2 A ESTRATÉGIA DO ICP	6
3 PROGRAMAS DE ACÇÃO	12
4 PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO (VERSÃO SINTÉTICA)	
4.1 PLANO DE PESSOAL	19
4.2 PLANO DE INVESTIMENTO	21
4.3 PLANO FINANCEIRO	23

Hoje, em Portugal, 98% da rede fixa e toda a rede móvel são digitais, e a totalidade da rede de interligação fixa de longa distância é efectuada via fibra óptica. O cobre é e será, por certo, durante vários anos, a tecnologia-minimizador de custo na rede de distribuição de acesso, mas os sistemas de rádio (FWA), constituem-se como tecnologia complementar. A fibra, lentamente, inicia a conquista do circuito de acesso; para a generalidade dos clientes, tomar conta da rede de interligação num futuro próximo, enquanto para clientes de grande tráfego, em áreas metropolitanas, é já uma solução. É importante sublinhar, neste contexto, que as redes de acesso móvel GSM podem ser vistas, em boa medida, como "redes fixas" com equipamentos terminais móveis.

## 1 A SITUAÇÃO ACTUAL

A mudança de paradigma tecnológico que ocorre em todo o mundo, a revolução óptico-digital, está também em curso nos mercados de telecomunicações portugueses. Com a substituição dos sinais analógicos por digitais, na transmissão, e a ruptura que constituiu a substituição do cobre por fibra óptica como suporte físico preferencial nas comunicações de longa distância, teve início uma nova era nas comunicações. Muito do que suceder nos próximos tempos decorrerá directamente destas duas transformações radicais. De facto, a digitalização dos sinais permite a multiplexagem e, logo, a multiplicação do número de comunicações sobre o mesmo par físico ou frequência, enquanto a fibra óptica é capaz de suportar actualmente débitos binários e larguras de banda a "tender para o infinito". Por outras palavras, estas tecnologias possuem um enorme efeito multiplicador de serviços, alguns dos quais ainda nem sequer foram imaginados e, portanto, uma crescente diminuição do custo por bit processado.

Hoje, em Portugal, 98% da rede fixa e toda a rede móvel são digitais, e a totalidade da rede de interligação fixa de longa distância é efectuada via fibra óptica. O cobre é e será, por certo, durante vários anos, a tecnologia minimizadora de custo na rede de distribuição de acesso, mas os sistemas de rádio (FWA), constituem-se como tecnologia complementar. A fibra, lentamente, inicia a conquista do circuito de acesso; para a generalidade dos clientes, tomará conta da rede de alimentação num futuro próximo, enquanto para clientes de grande tráfego, em áreas metropolitanas, é já uma solução. É importante sublinhar, neste contexto, que as redes de telefonia móvel GSM podem ser vistas, em boa medida, como "redes fixas" com equipamentos terminais móveis.

Em consequência, e dadas as estruturas de custos resultantes, é previsível que se comece por verificar uma concorrência acentuada entre os operadores que detêm mais quilómetros de fibra distribuída por todo o País, na oferta de capacidade de longa distância, nos serviços de banda larga e, por maioria de razão, na disputa dos clientes profissionais das cidades do litoral.

O desenvolvimento da concorrência também é potenciado pela situação de convergência em curso, nomeadamente no que respeita à Internet e aos serviços móveis. Na prática, verifica-se uma convergência fixo-móvel e, através disso, uma concorrência mais intensa para a rede fixa.

Em matéria de desenvolvimento da sociedade da informação, observa-se uma interessante evolução do mercado, com significativas taxas de crescimento. Sem embargo, é de ter em conta que o desenvolvimento da Internet enfrenta algumas dificuldades específicas nem sempre verificadas noutros mercados de telecomunicações, e que se relacionam com o investimento inicial para a aquisição do equipamento necessário e com a exigência de níveis de conhecimentos de utilização mais específicos. Espera-se que o desenvolvimento das tecnologias de acesso e dos equipamentos terminais, uma maior facilidade de informação e um aumento da concorrência, neste último caso tendo em particular atenção a entrada de novos operadores, permitam ultrapassar as dificuldades que se têm vindo a fazer sentir em termos de utilização da Internet, em particular por parte das famílias.

A um ritmo mais lento e controlado, a rede postal segue de perto estas transformações, beneficiando inclusivamente com elas, por exemplo, pelo encaminhamento via e-mail de alguma correspondência. Simultaneamente, concretiza-se um quadro de liberalização da actividade postal, de modo compatível com o prosseguimento de objectivos tradicionais de interesse público, nomeadamente em matéria de serviço universal.

2

À semelhança do que tem sucedido nos últimos anos nas telecomunicações, a metodologia de estudos económicos prospectivos de longo prazo está a emergir no sector postal.

Em resumo, no que respeita ao suporte tecnológico, Portugal está num nível semelhante ao dos seus parceiros europeus, necessitando de utilizar eficientemente os novos paradigmas tecnológicos, promovendo-se a sua utilização por aqueles que, criativa e inovadoramente, façam surgir novos serviços sobre estas tecnologias. A conclusão do processo de liberalização das telecomunicações vai por certo contribuir para este desiderato, garantindo, ao mesmo tempo, a prestação de um serviço universal de boa qualidade.

#### Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais

Constitui uma componente da política do ICP neste eixo, a promoção de mercados concorrenciais para os serviços de telecomunicações que sirvam os interesses dos consumidores - residenciais ou empresariais - a todos os níveis, nas redes fixo e móvel, bem como nos serviços que utilizam as redes, favorecendo o desenvolvimento de condições básicas que:

- encorajem o investimento dos actores existentes e a entrada de novos actores no mercado;
- proporcionem serviços de telecomunicações que sejam internacionalmente competitivos;
- encorajem a disponibilização pelos fornecedores de informação centrada no cliente;
- garantam a interligação e interoperabilidade de redes e serviços, de acordo com princípios de oferta de rede aberta.

# 2

## A ESTRATÉGIA DO ICP

prevenir situações de abuso de poder de mercado;

criar condições para se aproveitarem todos os potenciais benefícios

A missão do ICP é promover a universalidade, a qualidade e a diversidade das redes e serviços de comunicações.

Para o triénio 2000-2002, a estratégia de actuação do Instituto articular-se-á em 3 eixos fundamentais:

- Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais;
- Protecção dos utilizadores e consumidores;
- Desenvolvimento da Sociedade da Informação.

### ➤ Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais

Constitui uma componente da política do ICP neste eixo, a promoção de mercados concorrenciais para os serviços de telecomunicações que sirvam os interesses dos consumidores - residenciais ou empresariais - a todos os níveis, nas redes fixa e móvel, bem como nos serviços que utilizam as redes, favorecendo o desenvolvimento de condições básicas que:

- encorajem o investimento dos actores existentes e a entrada de novos actores no mercado;
- proporcionem serviços de telecomunicações que sejam internacionalmente competitivos;
- encorajem a disponibilização pelos fornecedores de informação centrada no cliente;
- garantam a interligação e interoperabilidade de redes e serviços, de acordo com princípios de oferta de rede aberta.

Neste âmbito, o ICP deverá, fundamentalmente:

- prevenir situações de abuso de poder de mercado;
- criar condições para se aproveitarem todos os potenciais benefícios resultantes do aumento da concorrência, seja em termos de preços, de inovação, de aumentos de eficiência e de acessibilidade de serviços;
- assegurar uma distribuição equitativa, entre operadores e consumidores, dos benefícios resultantes da concorrência;
- incentivar a concorrência nas infra-estruturas próprias;
- promover a concorrência e a escolha no fornecimento de serviços sobre redes;
- garantir o direito de acesso dos concorrentes à interligação das redes dos operadores com poder de mercado significativo, a preços competitivos;
- facilitar o fornecimento de informação para melhorar a transparência do mercado;
- adoptar uma posição de neutralidade entre as diversas tecnologias existentes;
- remover as barreiras eventualmente existentes à entrada do mercado;
- Promover a abertura de eixos de passagem no país;
- globalização do âmbito das actividades das empresas fornecedoras de redes e serviços de telecomunicações;
- crescimento da procura do acesso ao "local loop", por concorrentes que se propõem fornecer novos serviços;
- efectiva conclusão da maior parte das infra-estruturas da rede por cabo.

- gerir o acesso a certos recursos escassos, como, por exemplo, a numeração e o espectro radioelétrico, encorajando a sua partilha quando tal for possível;
- intervir no sentido de assegurar a prevenção de práticas anti-concorrenciais;
- assegurar a conformidade entre as condições previstas nas licenças e as normas estabelecidas;
- analisar as reclamações sobre práticas anti-concorrenciais;
- actuar sobre os assuntos de concorrência relacionados com a gestão de dificuldades na obtenção de serviços (isto é, as restrições ao acesso dos clientes aos serviços controlados por um fornecedor único).

Como parte da sua política, o ICP considerará também outras circunstâncias em que se torne necessária uma adequada regulamentação específica de telecomunicações, dentro do enquadramento determinado pela legislação portuguesa e comunitária.

Esta actuação tem que ter em conta as principais tendências existentes no mercado, de que se salientam as seguintes:

- rápido desenvolvimento das tecnologias, incluindo o alargamento das redes construídas para a normalização do protocolo da Internet (IP), prioritariamente ao suporte de voz;
- liberalização internacional das telecomunicações, com impacto quer nos clientes portugueses que fazem chamadas internacionais, quer no próprio mercado português de telecomunicações;
- globalização do âmbito das actividades das empresas fornecedoras de redes e serviços de telecomunicações;
- crescimento da procura do acesso ao "local loop", por concorrentes que se propõem fornecer novos serviços;
- efectiva conclusão da maior parte das infra-estruturas da rede por cabo.

## ► Protecção dos utilizadores e consumidores

No domínio da promoção e protecção dos interesses dos consumidores, a política do ICP fundar-se-á na promoção da concorrência e na garantia da conformidade, com maior ênfase nos seguintes critérios e princípios:

- assegurar que os desenvolvimentos em todos os enquadramentos de regulação (tal como a nível da UE) reflectem os interesses dos clientes nacionais de telecomunicações;
- reconhecer que o crescimento da pressão competitiva identificou um vasto conjunto de factores externos nos mercados de telecomunicações, que requer uma actuação nos casos em que o mercado não vier a fornecer uma solução satisfatória, por exemplo na normalização da interligação, gestão de nós de saturação de serviços, na aplicação das normas do regulador, e na avaliação da qualidade dos serviços;
- identificar metodologias de regulação que tratem apropriadamente a convergência de tecnologias e serviços;
- aumentar a informação dos consumidores face às várias escolhas disponíveis;
- assegurar o acesso a uma adequada compensação pelas reclamações justificadas dos clientes;
- assegurar que a independência do país relativamente aos serviços de telecomunicações se encontra garantida através de contratos de continuidade de serviço e de flexibilidade de redes.

O ICP necessita de identificar com antecipação como irá evoluir o seu posicionamento face à concorrência e ao mercado, para atingir as suas metas, ou seja, em que medida será necessário intervir activamente na promoção da concorrência e na protecção dos consumidores. O actual ponto de vista do Instituto é que será necessário manter um papel atento na regulação sempre que:

- se verificar a existência de limitações no desenvolvimento do mercado, e estas limitações sejam desfavoráveis para os consumidores;
- existam objectivos sociais, tais como a necessidade de ligação a serviços de emergência, de disponibilização de certos serviços, tendo em conta a localização geográfica, e os grupos de utilizadores vulneráveis, como idosos, deficientes ou outros com necessidades especiais específicas; para este efeito, o ICP deverá definir o âmbito do serviço universal e a sua forma de financiamento.

Neste contexto, o ICP deverá:

- exercer um controlo de preços sobre os operadores com poder de mercado significativo nos mercados relevantes, em que exista uma reduzida perspectiva de efectiva concorrência, criando, para o efeito, novos métodos de determinação de custos dos serviços;
- garantir o direito dos clientes à privacidade e à respectiva compensação, quando os seus dados existentes nas redes de telecomunicações forem utilizados indevidamente;
- assegurar o acesso a uma adequada compensação pelas reclamações justificadas dos clientes;
- assegurar que a independência do país relativamente aos serviços de telecomunicações se encontra garantida através de contratos de continuidade de serviço e de flexibilidade de redes.

## ▶ Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Na promoção do desenvolvimento da Sociedade da Informação, deverão considerar-se os mecanismos regulamentares que viabilizem a oferta de rede e serviços de banda larga, compatíveis com o desígnio nacional que constitui a Sociedade da Informação. Neste domínio, deverão ainda ser tidos em conta os seguintes aspectos fundamentais:

- integração dos mercados do telefone fixo e móvel;
- convergência das tecnologias de informação, telecomunicações e radiodifusão, bem como separação entre redes, suportes e conteúdos;
- implantação de redes ( nomeadamente, DVB e DAB) e serviços (TV, dados em alta velocidade, telemedicina, etc.), em banda larga;
- favorecimento do acesso generalizado das famílias a computadores pessoais ou equipamentos equivalentes;
- desenvolvimento do acesso à Internet;
- promoção da instalação de redes de ligação a bibliotecas, escolas e hospitais.

# 3

## PROGRAMAS DE ACÇÃO

### Quadro síntese dos Programas de Acção a desenvolver em cada eixo

Eixo 1. Desenvolvimento de mercados abertos e concorrenciais

Eixo 2. Protecção dos utilizadores e consumidores

Eixo 3. Desenvolvimento da Sociedade da Informação

E1.1 introdução de novos sistemas de telecomunicações - umts, dvb-t, t-dab, tetra	E2.1 avaliação dos custos em redes públicas	E3.1 análise da evolução tecnológica e dos serviços no contexto da convergência das telecomunicações, audiovisual e tecnologias de informação
E1.2 revisão do quadro regulamentar aplicável às telecomunicações	E2.2 monitorização da actividade dos operadores e prestadores de serviços de telecomunicações e análise da competitividade dos diferentes segmentos do mercado	E3.2 diagnóstico sobre a sociedade da informação - avaliação da evolução do mercado
E1.3 desenvolvimento do regime jurídico aplicável ao sector postal	E2.3 regulação e monitorização das actividades dos operadores de telecomunicações com poder de mercado significativo	E3.3 promoção de projectos especiais
E1.4 revisão dos regimes jurídicos e dos procedimentos aplicáveis aos equipamentos de telecomunicações e instalações de telecomunicações em edifícios	E2.4 regulação e monitorização das actividades dos operadores postais	
E1.5 definição de novos procedimentos de licenciamento - radiocomunicações	E2.5 fiscalização de mercados de equipamentos	
E1.6 plano nacional de numeração (pnn)		
E1.7 racionalização dos centros de radiocomunicações		
E1.8 economia do espectro - revisão do tarifário do espectro		

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS

Identificação/descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Dir.Resp.	Outras Dir.	Início	Fim
<p>E1.1 introdução de novos sistemas de telecomunicações - umts, dvt-t, t-dab, tetra</p>	<p>Viabilizar a exploração comercial do UMTS a partir do ano 2002, do DVB-T e do T-DAB suportado em coberturas regionais. Viabilizar a exploração de potenciais futuros operadores de TETRA civil e de uma Rede de Emergência e Segurança. Proporcionar uma planificação adicional para o T-DAB na banda L. Identificar o número e as sub-faixas de frequências (blocos) mais apropriadas, que garantam a cobertura do país segundo um modelo idêntico ao das actuais radios locais.</p>	<p>Abertura do mercado a novos serviços, com recurso a novas tecnologias.</p>	<p>DGE</p>	<p>DSM/DRC</p>	<p>1º2000</p>	<p>1º2000</p>
<p>E1.2 revisão do quadro regulamentar aplicável às telecomunicações</p>	<p>Participar, na esfera comunitária, nos trabalhos de revisão do actual quadro normativo, tendo em conta os desenvolvimentos ocorridos no sector, a convergência tecnologias-serviços e os desígnios da Sociedade da Informação.</p>	<p>Redefinição, num horizonte de médio prazo, das regras do jogo, verticais e horizontais, aplicáveis às telecomunicações e aos serviços de convergência.</p>	<p>DAE DGE</p>	<p>DRC/DPI/ DSM</p>	<p>1999 1º2000</p>	<p>2002</p>
<p>E1.3 desenvolvimento do regime jurídico aplicável ao sector postal</p>	<p>Desenvolver o regime jurídico decorrente da nova Lei de Bases dos Correios. Elaboração de Regulamentos de Exploração.</p>	<p>Definição das regras de acesso e de exercício da actividade de exploração dos serviços postais.</p>	<p>DRC</p>	<p>DPI/DSM</p>	<p>1º2000</p>	<p>1º2000</p>

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS(cont.)

Identificação/descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Dir.Resp.	Outras Dir.	Início	Fim
E1.4 revisão dos regimes jurídicos e dos procedimentos aplicáveis aos equipamentos de telecomunicações e instalações de telecomunicações em edifícios	Transpor a Directiva 1999/5/CE, do P.E. e do Conselho, de 9 de Março, relativa aos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e ao reconhecimento mútuo da sua conformidade. Proceder à alteração da legislação do antigo RITA, no sentido de assegurar condições de igualdade aos operadores e de qualidade dos operadores e de qualidade aos utilizadores nas instalações de telecomunicações de edifícios (permitindo uma opção quanto ao utilizador e um acesso com maior largura de banda).	Reforço da fiscalização de verificação da conformidade dos equipamentos colocados no mercado. Ao nível do mercado, o sistema simplificado de avaliação de conformidade dos equipamentos, permitirá aos fabricantes reduzir consideravelmente o tempo necessário à respectiva Colocação no mercado.	DRC/DEN	DGE DSM DFA	1º2000	1º2000
E1.7 racionalização das estruturas de radiocomunicações.			DGE	DFA/DRC	1998	2001
E1.5 definição de novos procedimentos de licenciamento -Radiocomunicações	Simplificar e tornar transparente o processo de licenciamento de redes e sistemas de radiocomunicações.	Reformulação da regulamentação aplicável às radiocomunicações, com impacto no mercado ao nível das firmas vendedoras de equipamento de radiocomunicações, firmas especializadas na instalação e manutenção de redes/sistemas de radiocomunicações e dos detentores/utilizadores (clientes) de redes e sistemas de radiocomunicações.	DGE	DFA/DRC DSM	1º2000	4º2000

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 1. DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS ABERTOS E CONCORRENCIAIS(cont.)

Identificação/descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Dir.Resp.	Outras Dir.	Início	Fim
E1.6 plano nacional de numeração (pnn)	Tornar o PNN um instrumento facilitador das telecomunicações.	Garantia de capacidade de numeração para serviços de telecomunicações, de forma ágil e indiscriminatória, que contribuirá para estimular as condições de competição (através de portabilidade) e para uma melhor gestão dos recursos de numeração.	DGE	DPI/DSM/ DFA	Em curso	4ºT2000
E1.7 racionalização dos centros de radiocomunicações	Definir normativos técnicos de dimensionamento, instalação e operação de instalações de radiocomunicações comunitárias, tendo em vista otimizar as condições de operação e evitar interferências mútuas.	1. Otimização da utilização do espectro e infraestruturas com eventual alteração de legislação e modificação dos sistemas aplicativos existentes. 2. Otimização de custos ao nível dos operadores e redução do impacto ambiental da instalação de infraestruturas.	DGE	DEN/DRC	1998	2001
E1.8 economia do espectro - revisão do tarifário do espectro	Desenvolver um modelo de tarifário que permita taxar as redes e sistemas de radiocomunicações.	Alteração da legislação em vigor aplicável às radiocomunicações, com impacto no mercado ao nível dos prestadores de serviços de telecomunicações e detentores de redes privadas.	DGE	DFA/DRC/ DSM	1ºT2000	4ºT2000
E2.2 monitorização da actividade dos operadores e prestadores de serviços de telecomunicações e análise da competitividade dos diferentes segmentos do mercado das telecomunicações	Assegurar o cumprimento das obrigações inerentes ao registo de prestadores e ao exercício das actividades licenciadas e analisar a competitividade dos diferentes segmentos do mercado.	Monitorização da actividade dos operadores e prestadores de serviços de telecomunicações e análise da competitividade dos diferentes segmentos do mercado.	DSM		1ºT2000	4ºT2000

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 2. PROTECÇÃO DOS UTILIZADORES E CONSUMIDORES

Identificação/descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Dir.Resp.	Outras Dir.	Início	Fim
E2.1 avaliação dos custos em redes públicas	Estabelecer uma referência alternativa aos modelos de custos históricos, face à constatação que o modelo de custeio do operador actualmente existente, se bem que útil, nem sempre se revela o instrumento mais adequado para uma análise mais completa, numa perspectiva de regulação, de custos e preços de interligação, custos do serviço universal e, eventualmente os custos do acesso local e que para o efeito, a teoria e a prática da regulação nos mercados de telecomunicações têm evoluído no sentido de utilização de modelos alternativos, baseados em elementos de rede, tendo em vista a identificação de custos incrementais de longo prazo.	Reavaliação dos custos de operadores com PMS (poder de mercado significativo). Desenvolvimento do conhecimento de modelos alternativos baseados em elementos de rede que permitam identificar os custos prospectivos incrementais médios de longo prazo (LRIC).	DPI	DGE	2000	2002
E2.2 monitorização da actividade dos operadores e prestadores de serviços de telecomunicações e análise de competitividade dos diferentes segmentos do mercado das telecomunicações	Assegurar o cumprimento das obrigações inerentes ao registo de prestadores e ao exercício das actividades licenciadas e analisar a competitividade dos diferentes segmentos do mercado.	Acesso a informação actualizada (de forma permanente) sobre a evolução do mercado.	DSM		1ºT2000	4ºT2000

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 2. PROTECÇÃO DOS UTILIZADORES E CONSUMIDORES(cont.)

Identificação/descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Dir.Resp.	Outras Dir.	Início	Fim
E2.3 regulação e monitorização das actividades dos operadores de telecomunicações com poder de mercado significativo	Fomentar o desenvolvimento do mercado numa perspectiva de interesse público, através da detecção e eliminação de eventuais obstáculos ao funcionamento do mercado.	Assegurar que os operadores de serviços concessionados fornecem serviços ao utilizador final a preços acessíveis e com qualidade.	DPI		1º2000	4º2002
E2.4 regulação e monitorização das actividades dos operadores postais	Estabelecer medidas que fomentem o desenvolvimento do mercado numa perspectiva de interesse público, através da criação de condições que viabilizem a entrada de novos operadores.	Assegurar que os operadores de serviços concessionados fornecem serviços ao utilizador final a preços acessíveis e com qualidade.	DPI		1º2000	4º2002
E2.5 fiscalização de mercados de equipamentos	Verificar a conformidade dos equipamentos com os requisitos exigidos.	Um maior controlo do mercado e contribuição para uma maior satisfação dos consumidores.	DEN		1º2000	4º2002
E2.3 promoção de projectos especiais	Promover a integração dos cidadãos, em particular dos que têm necessidades especiais, na Sociedade da Informação.	Implementação de projectos especiais de tecnologias de informação em áreas relacionadas com a informação, saúde, educação e necessidades especiais.	FE		1999	2002

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Eixo 3. DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Identificação/descrição	Objectivos a alcançar	Impacto no ICP e/ou no mercado	Dir.Resp.	Outras Dir.	Início	Fim
E3.1 análise da evolução tecnológica e dos serviços no contexto da convergência das telecomunicações, audiovisual e tecnologias de informação	Produzir documentação síntese acerca do mercado e das suas tendências e divulgação dos novos desafios e oportunidades junto dos intervenientes no mercado.	Aceder a informação actualizada (de forma permanente) sobre as tendências e maturação das tecnologias e serviços.	DCD		1999	
E3.2 diagnóstico sobre a sociedade da informação - avaliação da evolução do mercado	Desenvolver o conhecimento dos mercados numa perspectiva da procura. Inquérito regular a um painel de consumidores residenciais, às empresas e aos operadores de telecomunicações, tendo em vista caracterizar a evolução da procura e o desenvolvimento da Sociedade da Informação.	Avaliação do impacto de políticas de incentivos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação.	DPI/DSM		2000	2002
E3.3 promoção de projectos especiais	Promover a integração dos cidadãos, em particular dos que têm necessidades especiais, na Sociedade da Informação.	Implementação de projectos especiais de tecnologias de informação em áreas relacionadas com a informação, saúde, educação e necessidades especiais.	PE		1999	2002

# 4

## PLANO DE MEIOS E PLANO FINANCEIRO (VERSÃO SINTÉTICA)

### EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

#### 4.1 PLANO DE PESSOAL

Durante o período do Plano, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Garantir a estabilização do número de efectivos durante o período do Plano;
- Recorrer à contratação a termo apenas em situações de contratação inicial ou de necessidade de substituição temporária de trabalhadores, motivada por ausências;
- Recorrer a trabalho suplementar circunscrito apenas a áreas bem definidas onde não é aconselhável a utilização de outras formas de prestação de trabalho;
- Manter a contratação de serviços em "funções periféricas" (segurança, limpeza, bares, etc.);
- Manter ou aumentar o elevado índice de qualificação profissional dos trabalhadores;
- Disponibilizar bons meios de trabalho, bem como de excelentes níveis quantitativos e qualitativos de formação profissional;
- Garantir as perspectivas de evolução dos trabalhadores nas carreiras profissionais e nos acessos a níveis de qualificação superiores.

### EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
QUADROS	166	166	166
NÃO QUADROS	214	214	214
TOTAL	380	380	380
UNIDADE: Número de Trabalhadores			

### EVOLUÇÃO DAS FORMAS COMPLEMENTARES DE TRABALHO

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
TRABALHO SUPLEMENTAR	18.652	18.680	18.760
TRABALHO A TERMO	21.790	18.390	18.390
TOTAL	40.442	37.070	37.150
UNIDADE: Horas			

## PLANO DE INVESTIMENTO 2002

O Plano de Investimento obedece às linhas de orientação estabelecidas pelo Conselho de Administração, centrando-se sobre as áreas de informática e modernização dos equipamentos específicos radioelétricos.

Este Plano tem em conta a crescente necessidade de actualização tecnológica dos equipamentos específicos de monitorização do espectro e dos laboratórios, bem como a componente das tecnologias de informação e os novos desafios que se aproximam, nomeadamente a introdução da moeda única, a completa liberalização dos serviços de telecomunicações, a passagem do século e o crescente apoio e assessoria ao Governo.

actualização e modernização de equipamentos	Assegurar a actualização tecnológica dos equipamentos radioelétricos destinados à	69000	61000
Equipamentos administrativos, mobiliário e outros	Assegurar a manutenção dos equipamentos administrativos, mobiliário, etc.	81900	58000
<b>Total</b>		<b>129900</b>	<b>91300</b>
unidade: contos			

PLANO DE INVESTIMENTO 2000/2002

PROGRAMAS	OBJECTIVOS	Valores (contos)		
		2000	2001	2001
Infraestruturas	Melhoria e conservação de edifícios e instalações propriedade do ICP	64000	89000	61000
actualização e modernização de equipamentos específicos radioeléctricos	Assegurar a actualização tecnológica dos equipamento radioeléctricos destinados à monitorização do espectro radioeléctrico	282900	330500	330500
informática	Modernização e actualização das tecnologias de informação do ICP, nomeadamente, face ao EURO, ano 2000 e aos novos processos de trabalho "workflow" incluindo "sistema de informação geográfica" e "gestão de frequências e licenciamentos"	796500	496500	411500
viaturas	Manutenção de uma frota de viaturas adequada às exigências das funções do ICP, com destaque para as missões de monitorização do espectro radioeléctrico	74500	49000	52000
Equipamentos administrativos, mobiliário e outros	Assegurar a manutenção dos equipamentos administrativos, mobiliário, etc.	81900	57000	58000
total		1299800	1022000	913000
unidade: contos				

- Plano de Custos e Perdas
- Demonstração de Resultados
- Orçamento da Tesouraria
- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos
- Balanços
- Cash-Flow e Cobertura do Investimento pelo Cash-Flow
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

#### 4.3 PLANO FINANCEIRO

O Plano Financeiro 2000/2002 contempla os valores adequados à prossecução dos fins do Instituto e ao desenvolvimento da sua actividade, dentro do espírito de máximo rigor.

O Plano de Proveitos e Ganhos teve em conta a variação do nível de actividade previsto para o período do Plano.

O Plano de Custos e Perdas assegura a continuidade das actividades iniciadas em períodos anteriores e o desenvolvimento de novas actividades no estrito cumprimento das funções atribuídas ao Instituto, nomeadamente a normalização, homologação e monitorização do espectro radioelétrico, a representação do Estado Português e a assessoria ao Governo. Paralelamente, garante os meios necessários para apoio logístico à CPCE - Comissão de Planeamento das Comunicações de Emergência e IOT - Intervenção Operacional em Telecomunicações, bem como as contribuições para a FPC - Fundação Portuguesa das Comunicações, de acordo com as orientações da Tutela.

As peças que constituem o Plano Financeiro do Instituto para o triénio 2000/2002 são as seguintes:

- Plano de Proveitos e Ganhos
- Plano de Custos e Perdas
- Demonstração de Resultados
- Orçamento de Tesouraria
- Mapa de Origem e Aplicação de Fundos
- Balanços
- Cash-Flow e Cobertura do Investimento pelo Cash-Flow
- Demonstração dos Fluxos de Caixa

PLANO DE PROVEITOS E GANHOS 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
LICENCIAMENTOS, ESPECTRO E OUTRAS TAXAS	8.170.100	8.477.100	8.804.900
Licenciamentos	24.200	23.300	22.900
Utilização do espectro - OTSP	918.216	952.100	980.600
Utilização do espectro - Outros	7.199.384	7.477.400	7.777.100
Outras Taxas	28.300	24.300	24.300
HOMOLOGAÇÕES/ENSAIOS	7.900	10.500	14.600
APROVAÇÕES	3.600	3.800	4.000
SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	173.000	190.900	216.900
ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO	13.200	13.500	13.800
CONCESSÕES DE EXPLORAÇÃO	580.600	73.100	0
PROVEITOS SUPLEMENTARES	2.000	2.100	2.200
SUBSÍDIOS UE	138.000	139.000	140.000
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	96.000	90.000	90.000
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	66.000	60.000	60.000
<b>TOTAL</b>	<b>9.250.400</b>	<b>9.060.000</b>	<b>9.346.400</b>
Nota: em contos, a preços correntes.			

PLANO DE CUSTOS E PERDAS 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	2.544.500	2.360.000	2.418.700
Subcontratos	19.000	19.500	20.000
Combustíveis	40.690	41.790	42.770
Livros e documentação técnica	35.220	37.420	39.720
Material de escritório	32.870	36.050	38.580
Rendas e alugueres	287.360	303.460	311.060
Despesas de representação	20.200	20.600	21.000
Comunicação	170.760	185.200	201.010
Seguros	23.000	24.000	25.000
Deslocações e estadas	365.300	335.120	340.730
Conservação e reparação	313.270	344.800	351.840
Publicidade e propaganda	49.440	50.750	52.360
Custos comuns aos edifícios	174.730	180.620	186.480
Trabalhos especializados	884.100	649.520	648.750
Outros fornecimentos e serviços	128.560	131.170	139.400
<b>IMPOSTOS</b>	3.200	3.300	3.400
<b>CUSTOS COM O PESSOAL</b>	2.721.200	2.876.200	3.041.300
<b>OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS</b>	885.600	912.300	932.500
Quotizações	209.000	214.300	219.300
Reuniões e conferências	173.100	177.200	180.000
Cooperação	76.000	74.800	76.600
CPCE	61.500	63.500	65.600
I.O.T.	162.000	162.000	165.000
Contribuição para a Fund. P. das Comunicações	184.000	200.000	205.000
Outros custos operacionais	20.000	20.500	21.000
<b>AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO</b>	950.400	1.000.000	935.000
<b>PROVISÕES DO EXERCÍCIO</b>	660.600	158.100	90.000
<b>CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS</b>	1.700	1.800	1.900
<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS</b>	101.000	105.000	108.000
<b>TOTAL</b>	<b>7.868.200</b>	<b>7.416.700</b>	<b>7.530.800</b>
Nota: em contos, a preços correntes.			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Licenciamentos	24.200	23.300	22.900
Utilização do espectro - OSTP	918.216	952.100	980.600
Utilização do espectro - Outros	7.199.384	7.477.400	7.777.100
Outras Taxas	28.300	24.300	24.300
Homologações	7.900	10.500	14.600
Aprovações	3.600	3.800	4.000
Serviços de telecomunicações	173.000	190.900	216.900
Acções de fiscalização	13.200	13.500	13.800
Concessões de exploração	580.600	73.100	00
Proveitos suplementares	2.000	2.100	2.200
Subsídios UE	138.000	139.000	140.000
Proveitos e ganhos financeiros	96.000	90.000	90.000
Proveitos e ganhos extraordinários	66.000	60.000	60.000
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>9.250.400</b>	<b>9.060.000</b>	<b>9.346.400</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Fornecimentos e serviços externos	2.544.500	2.360.000	2.418.700
Impostos	3.200	3.300	3.400
Pessoal	2.721.200	2.876.200	3.041.300
Outros custos operacionais	885.600	912.300	932.500
Amortizações do exercício	950.400	1.000.000	935.000
Provisões do exercício	660.600	158.100	90.000
Custos e perdas financeiros	1.700	1.800	1.900
Custos e perdas extraordinários	101.000	105.000	108.000
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>7.868.200</b>	<b>7.416.700</b>	<b>7.530.800</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.382.200</b>	<b>1.643.300</b>	<b>1.815.600</b>
Nota: em contos, a preços correntes.			

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
ACTIVO			
Imobilizado	4.914.360	4.916.360	4.874.360
Dívidas de terceiros (líquidas)	200.000	220.000	240.000
Depósitos bancários e caixa	2.667.710	4.319.010	6.188.610
Acréscimos e diferimentos	700.000	720.000	740.000
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>8.482.070</b>	<b>10.175.370</b>	<b>12.042.970</b>
PASSIVO			
Dívidas a terceiros	132.517	132.517	134.517
Acréscimos e diferimentos	500.000	550.000	600.000
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>632.517</b>	<b>682.517</b>	<b>734.517</b>
CAPITAL PRÓPRIO	7.849.553	9.492.853	11.308.453
<b>TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>8.482.070</b>	<b>10.175.370</b>	<b>12.042.970</b>
Nota: em contos, a preços correntes.			

ORÇAMENTOS DE TESOURARIA 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
SALDO DO ANO ANTERIOR	1.612.910	2.667.710	4.319.010
RECEBIMENTOS			
Proveitos de exploração	8.435.800	8.756.900	9.111.400
Proveitos e ganhos financeiros	96.000	90.000	90.000
TOTAL DAS ORIGENS	2.993.200	2.801.400	2.840.600
TOTAL DOS RECEBIMENTOS	8.531.800	8.846.900	9.201.400
PAGAMENTOS			
Investimento	1.299.800	1.022.000	913.000
Exploração	6.177.200	6.173.600	6.418.800
TOTAL DAS APLICAÇÕES	2.993.200	2.801.400	2.840.600
TOTAL DOS PAGAMENTOS	7.477.000	7.195.600	7.331.800
DISPONIBILIDADES	2.667.710	4.319.010	6.188.610
Nota: em contos, a preços correntes.			

MAPAS DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
<b>ORIGENS</b>			
Amortizações	950.400	1.000.000	935.000
Provisões do exercício	660.600	158.100	90.000
Resultado líquido do exercício	1.382.200	1.643.300	1.815.600
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>2.993.200</b>	<b>2.801.400</b>	<b>2.840.600</b>
<b>APLICAÇÕES</b>			
Investimento	1.259.800	1.002.000	893.000
Aumento do fundo de manei	1.733.400	1.799.400	1.947.600
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>2.993.200</b>	<b>2.801.400</b>	<b>2.840.600</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO FUNDO DE MANEIO</b>			
Aumento/(redução) do activo líquido			
. Caixa e depósitos à ordem	1.054.800	1.651.300	1.869.600
. Dívidas de terceiros e diferimentos	419.400	198.100	130.000
(Aumento)/redução do passivo corrente			
. Dívidas a terceiros e diferimentos	259.200	-50.000	-52.000
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>1.733.400</b>	<b>1.799.400</b>	<b>1.947.600</b>
Nota: em contos, a preços correntes.			

CASH FLOW 2000/2002 FLUXOS DE CAIXA 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
RESULTADOS LÍQUIDOS	1.382.200	1.643.300	1.815.600
AMORTIZAÇÕES	950.400	1.000.000	935.000
PROVISÕES	660.600	158.100	90.000
<b>TOTAL DE FUNDOS LIBERTOS</b>	<b>2.993.200</b>	<b>2.801.400</b>	<b>2.840.600</b>
VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE CURTO PRAZO	660.600	158.100	90.000
<b>CASH FLOW</b>	<b>2.332.600</b>	<b>2.643.300</b>	<b>2.750.600</b>

COBERTURA DO INVESTIMENTO PELO CASH FLOW 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
CASH FLOW LÍQUIDO	2.332.600	2.643.300	2.750.600
INVESTIMENTO	1.259.800	1.002.000	893.000
<b>AUTOFINANCIAMENTO</b>	<b>185%</b>	<b>264%</b>	<b>308%</b>
Nota: em contos, a preços correntes.			

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2000/2002

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes	8.287.800	8.610.800	8.964.200
Pagamentos a fornecedores	-2.561.500	-2.355.000	-2.413.700
Pagamentos ao pessoal	-2.721.200	-2.876.200	-3.041.300
<u>Fluxos gerados pelas operações</u>	3.005.100	3.379.600	3.509.200
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-888.500	-915.300	-935.600
<u>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</u>	-888.500	-915.300	-935.600
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	56.000	20.000	20.000
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-44.000	-45.000	-46.000
<u>Fluxos gerados pelas rubricas extraordinárias</u>	-44.000	-45.000	-46.000
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.072.600</b>	<b>2.419.300</b>	<b>2.527.600</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de :			
Alienação de Imobilizações corpóreas	8.000	5.000	5.000
Juros e proveitos similares	96.000	90.000	90.000
	104.000	95.000	95.000
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas	-1.259.800	-1.002.000	-893.000
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.155.800</b>	<b>-907.000</b>	<b>-798.000</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de :			
Subsídios à exploração	138.000	139.000	140.000
<b>FLUXOS DA ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>	<b>138.000</b>	<b>139.000</b>	<b>140.000</b>
Variação de caixa e seus equivalentes	1.054.800	1.651.300	1.869.600
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.612.910	2.667.710	4.319.010
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.667.710	4.319.010	6.188.610

Nota: em contos, a preços correntes.

## ANEXO

## PROGRAMAS PARA DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

DESIGNAÇÃO	2000	2001	2002
1. Indicadores de gestão	15.000		
2. Gestão de fluxos de trabalho e gestão documental	270.000	60.000	50.000
3. Solução integrada para a gestão do espectro	180.000	60.000	50.000
3.1 Planeamento do espectro	55.000	20.000	20.000
3.2 Gestão do espectro	125.000	40.000	30.000
4. Solução para facturação	50.000		
5. Solução para gestão de recursos	100.000	140.000	50.000
5.1 Melhoria de software	15.000	20.000	50.000
5.2 Aplicação de R. H.	35.000		
5.3 Substituição da solução administrativa -financeira	50.000	120.000	
6. Desenvolvimento de infraestruturas - Mudança de Hardware	80.000	95.000	150.000
7. Programas correntes (Euro, ano 2000, etc.)	22.000	50.000	40.000
8. Internet/Intranet	47.000	32.000	40.000
9. Segurança Informática	20.000	59.500	31.500
10. Implementação de acordos de nível de serviço	12.500		
<b>TOTAL</b>	<b>796.500</b>	<b>496.500</b>	<b>411.500</b>

Nota: em contos, a preços correntes.



